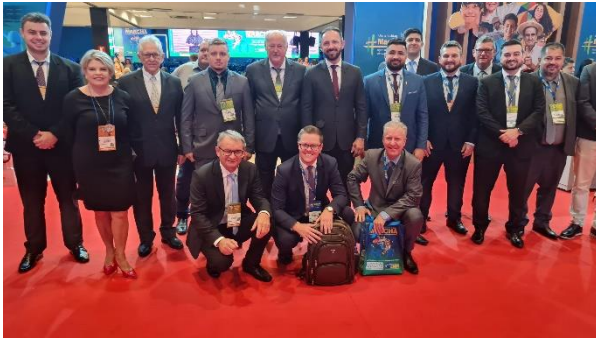




**XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**

**Delegação da Associação dos Municípios  
da Região da Grande Florianópolis**

**De 20 a 23 de Maio de 2024**



**A Associação dos Municípios da Grande Florianópolis mais uma vez mobilizou Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e Gestores Municipais e esteve presente a XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios com uma expressiva delegação.**

**Durante os quatro dias de evento, a XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios realizada pela Confederação Nacional dos Municípios com o apoio das entidades municipalistas estaduais e regionais, reuniu mais de 11 mil participantes. A Marcha é o maior encontro de gestores municipais do Brasil e o maior palco para discutir as pautas prioritárias dos municípios.**



### **A cada edição novas conquistas**

**Entre os destaques da XXV Edição está a manutenção da desoneração da folha de pagamento dos Municípios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em 8% – ao invés de 20% – até o fim de 2024. Além disso, a União e o Legislativo se comprometeram a continuar as negociações para encontrar uma solução para os anos futuros. O governo federal também confirmou seu compromisso em atender pleitos considerados estruturais para as contas públicas municipais, como o refinanciamento das dívidas previdenciárias, um novo modelo para pagamento de precatórios e a extensão da Reforma da Previdência de 2019 para os Municípios.**

**Um dos pontos altos da Marcha foi a assinatura de um decreto que permitirá reeditar portarias simplificando contratos de repasses e convênios no valor de até R\$ 1,5 milhão. Essa medida garantirá isenção de taxas bancárias, pagamentos em parcela única do recurso e redução de burocracia para a análise dos projetos, atendendo a uma demanda histórica dos gestores municipais. Outro destaque foi a inclusão de municípios com população abaixo de 50 mil habitantes no programa Minha Casa, Minha Vida, permitindo a contratação de moradias para essas localidades pela primeira vez.**

**Durante 4 dias no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, com a participação de autoridades federais e de técnicos renomados, os participantes fizeram a defesa da pauta municipalista e participaram de importantes discussões sobre assuntos de interesse dos Municípios.**



No primeiro dia da Marcha, após o credenciamento oficial, a delegação da Granfpolis visitou o Espaço do Patrocinador e teve a oportunidade de realizar atendimentos técnicos e institucionais da CNM e de empresas de tecnologias e ferramentas oferecidas para auxiliar as administrações municipais.



## Rio Grande do Sul

**Momento de emoção na abertura da Marcha quando a Confederação apresentou um vídeo para retratar a situação enfrentada pelos Municípios gaúchos em decorrência das enchentes e homenagear as vítimas ao som do Hino do Rio Grande do Sul.**



**Entre janeiro de 2013 e dezembro do ano passado, mais cinco mil municípios foram afetados por desastres naturais. Os prejuízos somam quase R\$640 bilhões, segundo pesquisa feita pela Confederação Nacional dos Municípios.**

**Os dados mostram, ainda, que, apenas dois em cada dez Municípios se consideram preparados para enfrentar eventos climáticos extremos.**

**Os municipalistas apresentaram propostas ao governo federal para o enfrentamento de desastres naturais e mudanças climáticas e pediram o apoio do governo federal e do Congresso na aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que pretende instituir o Conselho Nacional de Mudança Climática, a Autoridade Climática Nacional e o Fundo Nacional de Mudança Climática, além de sugerir a criação do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres.**



## **Arenas temáticas**

**Os debates nas arenas temáticas tiveram excelente participação em razão da relevância dos temas tratados, tais como:**

**Assistência Social - o papel crucial da vigilância socioassistencial no trabalho social com famílias e na gestão de recursos do Sistema Único de Assistência Social (Suas); Fundos Especiais (FIA, FDI), captação de recursos e intersectorialidade nas políticas públicas;**

**Educação - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sendo eles: mudanças no Fundeb 2024 e proposta de atualização da Lei 14.113/2020; novas ponderações e nível socioeconômico para a distribuição dos recursos do Fundeb para 2024. Sobre o piso do magistério, apresentação de um panorama da situação do piso, em especial, questões sobre a insegurança jurídica em relação ao critério de atualização do piso e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e os desafios da oferta na educação infantil;**

**Saúde - O financiamento e a defasagem de recursos financeiros federais referentes à Atenção Primária de Saúde (APS) e teto de agentes de endemias, além da modalidade de financiamento coparticipativo do Programa de Provimento Médico; cobertura vacinal e redução dos índices de tuberculose e arboviroses. E a retomada das responsabilidades interfederativas no SUS.**

**Mulheres - O Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), promoveu um debate sobre a importância da mulher na política, com destaque para a reflexão por este ser um ano de pleito eleitoral nos Municípios, com a participação de prefeitas, vice-prefeitas, vereadoras e primeiras-damas.**



**Registros:**









## Carta Oficial

A XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios foi encerrada no fim da manhã da quinta-feira, 23 de maio, com a leitura da carta oficial do evento. O documento lista os principais pontos e conquistas dos gestores municipais durante os quatro dias de evento, que reuniu novo recorde de público, com mais de 11 mil participantes.

O ex-prefeito de Taió (SC) e ex-presidente da Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (Fecam), Hugo Lembeck, levou a carta na presença do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e do ministro das Relações Institucionais Alexandre Padilha, representando o governo federal.



## CARTA DA XXV MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Mais de 11 mil municipalistas brasileiros se reuniram em Brasília, entre os dias 20 e 23 de maio de 2024, para a *XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que teve como tema *Pacto Federativo: um olhar para a população desprotegida*. Os gestores protagonizaram conquistas importantes e compromissos históricos. Nela, as lideranças locais apresentaram ao governo federal e ao Congresso Nacional o cenário da maior crise fiscal da última década e os desafios da gestão municipal, especialmente na saúde, na educação, na assistência social e no enfrentamento das calamidades. Foram apresentados estudos e dados acerca dos principais problemas, bem como as propostas para o enfrentamento desse cenário.

Na abertura do evento, tivemos a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do vice-presidente, Geraldo Alckmin; do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; da governadora de Pernambuco, Raquel Lira; do governador de Minas Gerais, Romeu Zema; e de 23 ministros de Estado, bem como deputados, senadores e outras autoridades. O Congresso Nacional também se fez presente. Além dos presidentes das duas Casas, parlamentares marcaram presença e puderam falar a respeito do seu compromisso com a pauta municipalista. As entidades estaduais de Municípios, por sua vez, promoveram uma série de reuniões com as bancadas de seus Estados de forma a detalhar a pauta municipalista.

A Marcha foi marcada pela apresentação de duas medidas estruturantes pela Confederação Nacional de Municípios para o enfrentamento de calamidades e situação de emergência. A primeira se trata de uma Proposta de Emenda à Constituição que institui o Conselho Nacional de Mudanças Climáticas, a Autoridade Climática Nacional e o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, com previsão de orçamento de aproximadamente R\$ 30 bilhões, protocolada pelo deputado Gilson Daniel (Podemos-ES). A segunda foi o lançamento do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres. Também ganhou destaque o debate sobre a regulamentação da Reforma Tributária e a atuação do Grupo de Trabalho da Confederação acerca do tema.

O Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) debateu os desafios a serem enfrentados para aumentar a participação feminina nas eleições municipais, contando com a presença de prefeita, parlamentar e de ministra do Superior Tribunal Militar. Suas fundadoras foram agraciadas com a medalha Cora Coralina representando a importância do trabalho realizado pelo movimento no cenário político.

Foram anunciadas conquistas fundamentais aos Municípios, dentre as quais se encontram:

- Manutenção da redução da alíquota da folha de pagamento em 8% no ano de 2024, além da negociação acerca de como será a desoneração nos próximos anos. A defesa da CNM é para que seja de 8% em 2024; 10% em 2025; 12% em 2026; e 14% a partir de 2027.
- Liberação de recursos financeiros de emendas de bancada no valor de pouco mais de R\$ 6 bilhões, a serem pagas até 24 de maio.
- Simplificação de contratos de repasses e convênios, por meio de alterações na Portaria Interministerial 33, que simplifica os processos de contratos de repasses e convênios no valor de até R\$ 1,5 milhão. A medida garante isenção de taxas bancárias, pagamentos em parcela única do recurso e redução de burocracia para análise dos projetos.
- Contratação de moradias para Municípios com população abaixo de 50 mil habitantes no programa Minha Casa, Minha Vida. O programa não tinha uma modalidade para a contratação desse porte.
- Incremento de custeio para equipes multiprofissionais e de saúde bucal, repassado no dia 20 de maio, em um total de R\$ 4,3 bilhões.



Autoridades do Executivo e do Legislativo também firmaram o compromisso para o avanço de pautas essenciais:

- Apoio ao parcelamento especial de dívidas previdenciárias proposto pela CNM na Emenda 6 à PEC 66/2023, com parcelamento que restaura a limitação da parcela a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL), englobando dívidas com vencimento até 30 de abril de 2023. A dívida será parcelada em 240 meses. Os débitos parcelados terão redução de 40% das multas de mora, de ofício e isoladas, de 80% dos juros de mora, de 40% dos encargos legais e de 25% dos honorários advocatícios. O impacto com a redução de multas, juros e encargos legais, apenas com a dívida dos Municípios com o RGPS, é de R\$ 86,2 bilhões.
- Apoio para aprovação de novos prazos e condições para o pagamento de precatórios com teto máximo de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Municípios, também previsto na Emenda 6 à PEC 66/2023. Os Municípios somam um volume de precatórios de mais de R\$ 196 bilhões.
- Apoio na aprovação da ampliação da Reforma Previdenciária de maneira automática aos Municípios, pleito que ajuda no equilíbrio fiscal sem onerar as contas públicas de nenhum Ente. Isso representaria uma redução de 45% no déficit atuarial dos RPPS municipais – equivalente a R\$ 308,5 bilhões –, beneficiando 1.632 Municípios. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo está de acordo com a extensão da Reforma por meio de aprovação de medida pelo Congresso Nacional.
- Apoio ao PLP 459/2017, que permite a securitização ao autorizar que a União, os Estados e os Municípios cedam direitos creditórios ao setor privado de origem tributária ou não, com impacto de R\$ 180 bilhões aos três Entes.

Durante a Marcha, destacou-se o número recorde de 47 arenas técnicas, que discutiram assuntos relevantes nas diversas áreas da gestão municipal, como desenvolvimento econômico, educação, saúde, finanças, assistência social, inovação, meio ambiente, entre outras. A Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, mais uma vez, demonstrou a força do movimento municipalista e o poder da unidade de todos os agentes políticos locais em prol dos Municípios brasileiros.

Brasília, 23 de maio de 2024.

**Paulo Roberto Ziulkoski**  
Presidente da CNM

## **Encontro com o Fórum Parlamentar Catarinense**

**A delegação da Granfpolis também participou de encontro promovido pela Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios Catarinenses (Fecam), com o Fórum Parlamentar Catarinense, na sede da CNM.**

**Na oportunidade o presidente da Fecam, Fabrício de Oliveira, prefeito de Balneário Camboriú, entregou ao coordenador do Fórum, deputado Valdir Cobalchini, Carta de Reivindicação para o apoio das bancadas da Câmara e do Senado às pautas municipalistas, entre elas, atenção especial aos desdobramentos relativos a Reforma Tributária e as Mudanças Climáticas.**





**A delegação da Granfpolis foi coordenada pelo presidente Diogo Maciel, prefeito de Canelinha, com apoio do diretor Executivo, Marius Bagnati.**

